

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	29
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	31
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	65.000
Preferenciais	0
Total	65.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.188	590
1.01	Ativo Circulante	1.188	590
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.157	565
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.157	565
1.01.02.01.03	Títulos Avaliados a Valor Justo por meio do resultado	1.157	565
1.01.06	Tributos a Recuperar	28	25

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.188	590
2.01	Passivo Circulante	278	328
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	94	93
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	94	93
2.01.02	Fornecedores	58	124
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	58	124
2.01.03	Obrigações Fiscais	32	66
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32	66
2.01.06	Provisões	94	45
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	94	45
2.02	Passivo Não Circulante	12	12
2.02.04	Provisões	12	12
2.02.04.02	Outras Provisões	12	12
2.03	Patrimônio Líquido	898	250
2.03.01	Capital Social Realizado	3.087	1.998
2.03.01.01	Capital Subscrito	3.087	1.998
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.189	-1.748

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-450	-80
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-412	-80
3.04.02.01	Despesa com salários	-240	0
3.04.02.02	Encargos sociais e obrigações trabalhistas	-135	0
3.04.02.03	Serviços Técnicos Especializados	-33	-78
3.04.02.04	Despesas Legais e Societárias	-4	-2
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-450	-80
3.06	Resultado Financeiro	9	28
3.06.01	Receitas Financeiras	9	28
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-441	-52
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-441	-52
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-441	-52
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00678	-0,51352
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00678	-0,51352

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-441	-52
4.03	Resultado Abrangente do Período	-441	-52

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.086	-1.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-441	-52
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-441	-52
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-645	-948
6.01.02.01	Aplicação Financeira	-592	-1.026
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-3	0
6.01.02.03	Fornecedores	-66	78
6.01.02.04	Obrigações Fiscais	-34	0
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.089	1.000
6.03.01	Integralização de Capital	1.089	1.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.089	0	0	0	0	1.089
5.04.01	Aumentos de Capital	1.089	0	0	0	0	1.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-441	0	-441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-441	0	-441
5.07	Saldos Finais	3.087	0	0	-2.189	0	898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	-93	0	-93
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	-93	0	-93
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	0	0	0	0	1.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	0	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-52	0	-52
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-52	0	-52
5.07	Saldos Finais	1.000	0	0	-145	0	855

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	1	0
7.01.02	Outras Receitas	1	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71	-80
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-71	-80
7.03	Valor Adicionado Bruto	-70	-80
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-70	-80
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9	28
7.06.02	Receitas Financeiras	9	28
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-61	-52
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-61	-52
7.08.01	Pessoal	375	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	278	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	31	0
7.08.01.04	Outros	66	0
7.08.01.04.01	I.N.S.S	66	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5	0
7.08.02.02	Estaduais	5	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-441	-52
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-441	-52

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO - RIO SECURITIZAÇÃO CNPJ nº 22.983.283/0001-71

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2017

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia” ou “Rio Securitização”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Teve sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sido instituída através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015, e fundada em 30 de junho de 2015.

A Rio Securitização tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012.

A Companhia obteve, em 27 de junho de 2016, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

A Rio Securitização manteve-se em fase pré-operacional desde a sua constituição até a data deste relatório, não tendo definido quando realizará a aquisição de direitos creditórios nem a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação. Nesse contexto, apurou no primeiro trimestre de 2017 prejuízo de R\$ 440.682,22, após resultado financeiro de R\$ 10.068,90 – decorrente basicamente da aplicação dos recursos em cotas de fundos de investimento de baixo risco/exposição, geridos e administrados por instituições financeiras de primeira linha – despesas com pessoal de R\$ 341.267,08 e gerais e administrativas no montante de R\$ 108.856,00.

No mesmo período, o capital social da Rio Securitização foi aumentado no montante de R\$ 1.089.000,00, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$ 18,00 por ação. Enquanto estiver em fase pré-operacional, os acionistas da Rio Securitização realizarão aportes de capital para que a Companhia possa honrar seus compromissos de curto prazo.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2017.

Caio De Resende Trogiani

Diretor Presidente

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Teve sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sido instituída através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015, e fundada em 30 de junho de 2015 e está sob vinculação da Secretaria da Fazenda do Estado de Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012.

A Companhia obteve, em 27 de junho de 2016, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

Desde a sua constituição até a data deste relatório, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. A Companhia ainda não definiu a data em que realizará a aquisição de direitos creditórios e nem a data para a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação. A continuidade da Companhia está diretamente condicionada a execução do plano de negócio estabelecido pela Administração.

A Companhia apresenta prejuízos recorrentes com prejuízo acumulado no montante de R\$2.189 em 31 de março de 2017. Enquanto a Companhia estiver em fase pré-operacional, os acionistas da Companhia realizarão aportes de capital para que a mesma possa honrar seus compromissos de curto prazo.

As informações trimestrais foram aprovadas pela administração em 15/05/2017.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das informações trimestrais

a. Base de preparação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários, além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b. Julgamento e estimativas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

c. Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às informações trimestrais.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

e. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as informações trimestrais foram preparadas com base nesse princípio.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das informações trimestrais---Continuação

f. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das informações trimestrais são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do trimestre.

b. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência.

d. Ativo circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das informações trimestrais e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis---Continuação

e. Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$60 no trimestre. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do trimestre, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

g. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do trimestre, líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências Ativas - não são reconhecidos nas informações trimestrais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis---Continuação

g. Ativos e passivos contingentes---Continuação

Contingências Passivas - são reconhecidos nas informações trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

h. Resultado por ação básico e diluído

É calculado dividindo-se o resultado do trimestre atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das informações trimestrais. Em 31 de março de 2017, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis---Continuação

Instrumentos financeiros derivativos---Continuação

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, como a conversão em um instrumento conversível adquirido, são tratados como derivativos distintos e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não são relacionados com as do contrato principal, desde que o contrato principal não seja mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos embutidos separados do principal são mantidos ao valor justo na carteira com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em “Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis---Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem ações, instrumentos de dívida e cotas de fundos. Ações e cotas de fundos classificadas como disponíveis para venda são aquelas que não são classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente. Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumuladas, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, são transferidos para o resultado do trimestre, na rubrica “Resultado líquido com instrumentos financeiros disponíveis para venda”. As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e reclassificadas, quando aplicável, da demonstração do resultado abrangente.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis---Continuação

Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- Houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se;
- Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

Quando a Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo da Companhia no ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela Companhia.

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do input.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis---Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda. O valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões e não são reconhecidas perdas esperadas em eventos futuros. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e coletivamente e são reconhecidas no resultado do trimestre.

As principais evidências de perdas para ativos financeiros são o declínio significativo do valor justo de qualquer valor mobiliário e de forma prolongada, não cumprimento de cláusulas contratuais seja pelo atraso do valor principal ou juros, deterioração na capacidade de pagamento e da performance operacional, quebra de covenants, mudança significativa no mercado de atuação da contraparte e redução de liquidez do ativo devido a dificuldades financeiras do credor.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução do valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para a Companhia. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a redução ao valor recuperável foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a taxa de juros efetiva atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

4. Novas normas e interpretações contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2017.

Os pronunciamentos e interpretações abaixo estão em revisão e/ou discussão pelo CPC, sendo que as possíveis alterações decorrentes do processo de revisão e/ou discussão não estavam em vigor até a data de emissão das informações trimestrais. São eles:

- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (NBC TG 46 - R1)
- ICPC 19 - Tributos
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A Companhia não adotou de forma antecipada os referidos pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações em suas informações trimestrais de 31 de março de 2017.

A Administração com base em análises preliminares realizadas até o presente momento, estima que a adoção desses pronunciamentos não impactaria de forma significativa as informações trimestrais da Companhia em 31 de março de 2017.

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

		31/03/2017		31/12/2016
	Nível Valor Justo	Custo amortizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	1.157	1.157	565
		1.157	1.157	565

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, o saldo era composto conforme segue:

	31/03/2017	31/03/2016
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	9	28
Total	9	28

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

6. Fornecedores

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica é composta por contas a pagar relativos a serviços de auditoria externa, contabilidade e anúncios e publicações:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços técnicos especializados (i)	56	124
Anúncios e Publicações	2	-
Total	<u>58</u>	<u>124</u>

(i) Em 31 de março de 2017, a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativas a serviços de auditoria externa e contabilidade.

7. Obrigações tributárias

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica é composta conforme segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF sobre salário a recolher	32	64
Outros	-	2
Total	<u>32</u>	<u>66</u>

8. Obrigações trabalhistas

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica é composta conforme segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Salários a pagar	65	74
Férias	24	17
13º Salário	5	-
Licença remunerada	29	16
Gratificação	13	-
INSS a pagar	41	16
FGTS a pagar	11	15
Total	<u>188</u>	<u>138</u>

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

9. Despesas com pessoal

Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Salários	240	-
INSS	66	-
FGTS	31	-
Férias	7	-
13º Salário	5	-
Gratificações	26	-
Total	<u>375</u>	<u>-</u>

10. Outras despesas administrativas

Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, a relação da rubrica é composta conforme segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Auditoria e assessoria contábil	33	78
Anúncios e publicações	36	-
Legais e societárias	2	2
Total	<u>71</u>	<u>80</u>

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2017, o capital subscrito e integralizado é de R\$3.087 (2016: R\$1.998), e está representado por 65.000 (2016: 4.500) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho Administrativo realizada em 16 de março de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$1.089, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$ 18,00 por ação.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

11. Patrimônio Líquido---Continuação

Em 13 de setembro de 2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$998 e o mesmo foi integralizado em 30 de setembro de 2016.

Em 20 de abril de 2016 foi transferida 1 ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A – CDURP

Em 14 de janeiro de 2016 o acionista da Companhia integralizou o capital social subscrito em 2015, no valor de R\$1.000.

Conforme o Estatuto Social da Companhia o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais.

b. Reserva de lucros

A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do trimestre, limitado a 20% do capital social.

c. Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada trimestre, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação

31 de março de 2017

(Em milhares de reais)

11. Patrimônio Líquido---Continuação

d. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre, conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ON	65.000	4.500
Quantidade de ações	65.000	4.500

Movimentação na quantidade de ações

	<u>Data</u>	<u>Ações</u>
Quantidade inicial	31/12/2016	4.500
Aumento de capital	16/03/2017	60.500
Quantidade final	31/03/2017	65.000

Média ponderada do número de ações ordinárias:

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Número de dias</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
31/12/2016	4.500	90	4.500
16/03/2017	60.500	15	10.083
31/03/2017	65.000		14.583

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do trimestre findo em 31/03/2017</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
31/03/2017	(441)	14.583	(0,03)

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do exercício findo em 31/12/2016</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
31/12/2016	(1.655)	2.045	(0,81)

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

12. Partes relacionadas

a. Controlador

O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 64.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Administradores

A administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na assembleia geral na forma do Estatuto de legislação aplicável.

Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Os administradores da Companhia receberam remuneração no valor de R\$240 durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 (não receberam remuneração no trimestre findo em 31 de março de 2016).

13. Contingências

A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 31 de março de 2017 a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

14. Instrumentos financeiros derivativos

Durante o primeiro trimestre de 2017 e 2016 a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

15. Gerenciamento do risco

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31 de março de 2017 a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário.

Em 31 de março de 2017 a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação.

Risco de liquidez

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata.

A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa descontado para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	31/03/2017		
	Total	Até 360 dias/ sem vencimento	Acima de 360 dias
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio resultado	1.157	1.157	-
	1.157	1.157	-

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

16. Gerenciamento do risco---Continuação

	31/12/2016		
	Total	Até 360 dias/ sem vencimento	Acima de 360 dias
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio resultado	565	565	-
	<u>565</u>	<u>565</u>	<u>-</u>

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa contratual descontado para os passivos financeiros na data do balanço:

	31/03/2017		
	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias
Obrigações sociais e trabalhistas	188	188	-
Fornecedores	58	58	-
Obrigações fiscais	32	32	-
Outras obrigações	12	-	12
Total	<u>290</u>	<u>278</u>	<u>12</u>

	31/12/2016		
	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias
Obrigações sociais e trabalhistas	138	138	-
Fornecedores	124	124	-
Obrigações fiscais	66	66	-
Outras obrigações	12	-	12
Total	<u>340</u>	<u>328</u>	<u>12</u>

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais---Continuação
31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

17. Eventos Subsequentes

Em Reunião da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 28 de abril de 2017, foi deliberado a eleição do novo Diretor Presidente Sr. Caio de Resende Trogiani, com início do exercício de suas funções a partir de 01 de maio de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Carioca de Securitização

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Examinamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº. 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia se encontra em fase pré-operacional e vem apresentando um histórico recorrente de prejuízos, tendo em 31 de março de 2017 o montante de R\$2.189 mil registrado em prejuízos acumulados no patrimônio líquido da Companhia. A continuidade da Companhia está diretamente condicionada a execução do plano de negócio estabelecido pela Administração. Conforme apresentado na nota explicativa nº. 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº. 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações trimestrais é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP 015.199/F-6

Rodrigo De Paula

Contador CRC-1SP 224.036/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2017.

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Administrativo-Financeiro

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores

Caio De Resende Trogiani

Diretor Presidente